

## Justiça Climática e Consulta Prévia: Direitos Indígenas na Amazônia na Perspectiva da COP 30

### Autor(res)

Ana Maria Foguesatto  
Givago De Almeida Brasbie Padilha  
João Vítor Fioravante Benvegno  
Laura Philippsen Paz  
Bernardo De Quadros Monçalves  
Lauryn Luiza Pires Felice  
Diogo Ricardo Martins Balestra  
Thaiza Machado Pereira

### Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

### Instituição

FACULDADE DE DIREITO DE URUGUAIANA - ANHANGUERA

### Introdução

A realização da COP 30 em Belém, no coração da Amazônia, lança um holofote sobre a intersecção entre a crise climática e os direitos dos povos indígenas, guardiões ancestrais da floresta. Projetos de desenvolvimento e políticas de mitigação climática frequentemente avançam sem o devido diálogo com essas comunidades, gerando novos conflitos socioambientais e fragilizando a resiliência dos ecossistemas. Nesse cenário, o direito à Consulta Prévia, Livre e Informada (CPLI), previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e internalizado no ordenamento jurídico brasileiro, emerge como um mecanismo fundamental. Este estudo analisa a CPLI não apenas como um procedimento formal, mas como um instrumento essencial para a efetivação da justiça climática.

### Objetivo

Analisar a aplicação e os desafios da Consulta Prévia, Livre e Informada (CPLI) como ferramenta para garantir a justiça climática para povos indígenas na Amazônia brasileira, propondo diretrizes para seu fortalecimento no contexto dos debates da COP 30.

### Material e Métodos

A pesquisa foi desenvolvida por meio do método dedutivo, com uma abordagem qualitativa. A metodologia consistiu em revisão bibliográfica e análise documental. Foram examinados textos legais, como a Constituição Federal de 1988 e a Convenção 169 da OIT (Decreto nº 5.051/2004), além de jurisprudência relevante do Supremo Tribunal Federal. A pesquisa incluiu também a análise de artigos científicos, relatórios de organizações não governamentais e documentos preparatórios para a COP 30, buscando compreender a aplicação prática da CPLI e seus desafios.

# VI CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

ESTADO DE DIREITO, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E JUSTIÇA AMBIENTAL



## Resultados e Discussão

Os resultados indicam que, apesar da robustez do arcabouço normativo que assegura a CPLI, sua aplicação prática é deficiente e marcada por inúmeros conflitos. Observa-se uma tensão constante entre a visão desenvolvimentista do Estado e os direitos territoriais e de autodeterminação dos povos indígenas. A análise jurisprudencial revela que o Poder Judiciário tem sido um campo de disputa central, com decisões que ora fortalecem, ora esvaziam o sentido da consulta. Discute-se que a falha em implementar a CPLI de forma efetiva não apenas viola direitos humanos, mas também compromete as metas climáticas do país, pois ignora os conhecimentos tradicionais na gestão sustentável do território.

## Conclusão

Conclui-se que a efetivação da Consulta Prévia, Livre e Informada é uma condição indispensável para a construção da justiça climática na Amazônia. Para que a COP 30 avance para além dos discursos, é imperativo que o Brasil fortaleça os mecanismos de participação e autodeterminação dos povos indígenas, reconhecendo-os como protagonistas na formulação e execução de políticas climáticas justas e eficazes.

## Referências

- BRASIL. Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 abr. 2004.
- KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- LEFF, Enrique. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001.